

Fotografia e transformações urbanas: as ‘âncoras temporais’ como permanências na memória da cidade¹

Patrícia Rodolpho²

Resumo:

A visibilidade latente das radicais transformações que ao longo do século XX permearam o universo das grandes cidades é recorrente nas fotografias que encontram-se disponíveis para pesquisa nos acervos públicos. Neste sentido, a Rua 13 de Maio em Campinas observada através da fotografia configura-se enquanto objeto privilegiado de uma abordagem visual das transformações urbanas que implicam a permanência ou o desaparecimento de elementos fundamentais da sua história.

Palavras-chave: fotografia; cidade; memória; transformações urbanas.

“Comunicação, acontecimento e memória”, tema central deste XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, consiste em uma oportunidade ímpar para apresentar um dos desenvolvimentos contidos em minha pesquisa de mestrado³, o qual remete diretamente à estes âmbitos de conhecimento. A problemática das transformações urbanas registradas fotograficamente foi o eixo central da discussão proposta pelo trabalho que teve como objeto de estudo uma das principais ruas do centro nervoso da cidade de Campinas, a Rua 13 de Maio.

Através da pesquisa em acervos iconográficos de instituições públicas persegui nas coleções de imagens fotográficas as variadas transformações que se abateram sobre a malha viária central campineira, em especial sobre suas edificações. Um de meus principais objetivos centrou-se em perceber as diferentes modulações destas transformações, desde aquelas que causaram maior impacto na constituição física do espaço, como as derivadas de planos de remodelamentos urbanos implementados a partir da década de 1930 e intensificados em 1950, os quais alargaram muitas das suas

¹ Trabalho apresentado ao NP 20 – Fotografia: Comunicação e Cultura, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestre em Múltiplos Meios pelo Instituto de Artes/Unicamp e graduada em Comunicação Social / Hab. em Publicidade e Propaganda pela PUCRS. Durante o período de 1997 a 1999, atuou junto ao Projeto Integrado de Pesquisa “Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo urbano contemporâneo” (projeto temático do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – IFCH/UFRGS, subsidiado pelo CNPq e FAPERGS). E-mail: patriciarodolpho@uol.com.br

³ RODOLPHO, Patrícia. *A rua em imagens: as transformações urbanas na fotografia – Um estudo de caso sobre a Rua 13 de Maio em Campinas / SP*. Dissertação de Mestrado, Unicamp / Instituto de Artes, Campinas, 2004.

principais ruas com a conseqüente derrubada de várias edificações históricas da cidade, até alguns aspectos mais localizados e sutis como o desaparecimento das construções coloniais que com seus telhados de beiral no início do século ainda conformavam fortemente a estética urbana, cedendo lugar às platibandas neoclássicas adotadas a partir do momento em que Campinas fortalecia seu ciclo de modernização.

A fotografia, especificamente, desde os tempos de seu anúncio oficial em 1839 por Louis-Jacques Mandé Daguerre refletiu o interesse dos fotógrafos pelo registro das cidades. Este meio de comunicação e informação, fruto do século XIX, foi por excelência aquele que assistiu e pontuou as transformações urbanas acarretadas pela modernidade revelando a intensidade e a rapidez com que ocorreram. Exemplos notórios como as drásticas intervenções urbanísticas implementadas por Georges-Eugène Haussmann, que reformularam radicalmente a malha parisiense e foram registradas pelas célebres fotografias de Charles Marville são recorrentes a partir da ampla adoção do modelo haussmanniano, em especial aqui chamando a atenção para o caso das cidades brasileiras no seu principal exemplo: o projeto de remodelação urbana do Rio de Janeiro, levado a cabo pelo prefeito Francisco Pereira Passos logo nos primeiros anos do século XX, e fotografado por Augusto Malta.

Estes exemplos conhecidos possibilitam visualizar com maior clareza uma das fortes relações entre a fotografia e a cidade que, imersas em transformações constantes, acabaram por colocar em discussão a problemática da construção e da perpetuação da memória urbana enquanto também decorrente da utilização de meios que desempenham o papel de fazê-la perpetuar-se de uma determinada maneira. Neste panorama, à fotografia coube, sobretudo, levar ao público através de sua circulação em periódicos, cartões postais ou exposições nacionais e internacionais a imagem do progresso da cidade, da ação civilizadora de governos que associavam os avanços e descobertas da tecnologia à beleza, ao saneamento e à implementação de diversas melhorias em cidades que até então exibiam suas feições marcadamente coloniais, relacionadas à imagem do atraso, da insalubridade e da ausência de normatizações civilizadoras de uma sociedade então considerada inadequada para os padrões modernos.

Assim, fotografia e cidade consistem em elementos privilegiados para uma aproximação das discussões entre a comunicação e a memória. Apresento a seguir alguns dos

resultados possibilitados pela pesquisa em fotografias de acervos referentes ao trajeto da Rua 13 de Maio que, no conjunto da pesquisa, levaram-me à análise de algumas edificações específicas, as quais trato pelo termo de ‘âncoras temporais’.

1 - As ‘âncoras temporais’: uma abordagem possível para construções que persistem ao tempo

“Os senhores dos primeiros Estados inscreviam sua nova potência sobre o solo, erigindo os muros das cidades e dos templos. Esta fixação no espaço é uma garantia de durabilidade, anuncia o fim de um certo devir sem marcas, o declínio do tempo nômade.” (P. Lévy)

Em meio às cidades que se transformam, permeando a nossa visibilidade, as construções ‘antigas’, de pequeno ou grande porte, suntuosas ou simples, nos remetem a outras épocas, simplesmente porque temos a certeza de que, na atualidade, se constrói de um outro modo, com resultados muito diferentes. Qualquer pessoa é capaz de diferenciar uma construção ‘antiga’ de uma construção ‘recente’ pela simples questão da própria experiência visual. Uma experiência visual que, no cotidiano, nos mostra as velhas edificações cedendo lugar às novas. Neste sentido, é apenas com a intenção de melhor definir a condição atual das edificações históricas urbanas que proponho-me a pensá-las a partir da expressão ‘âncoras temporais’.

A expressão ‘âncora temporal’ pode parecer, em um primeiro momento, contraditória. De fato, o termo ‘âncora’ relaciona-se, genericamente, a um elemento que possibilita a retenção, a permanência de alguma coisa em uma situação de relativa estabilidade, uma possível garantia de segurança em meio a circunstâncias incertas. Ela é o elemento que estabiliza, que firma, que tem a propriedade de agarrar, de prender, de reter, de segurar uma situação ou uma condição, princípio antagônico ao significado da palavra ‘temporal’, o qual implica a noção de transitoriedade, de perenidade, de algo que não permanecerá. Assim, a ‘âncora temporal’ concentra duas situações, quase como se realizasse dois esforços opostos: ela pode garantir sua permanência, manter a sua posição, mesmo estando prestes a sucumbir, a desaparecer.

É no sentido desta condição de ambigüidade que acredito ser possível considerar, de forma geral, as construções que retém o tempo passado. Os antigos casarios, degradados

e abandonados, são bons exemplos desta ambigüidade, assim como outras propriedades particulares que, em Campinas, outrora serviram de residências luxuosas para os barões do café, banqueiros ou industriais. Também uma série de construções de uso coletivo podem ser incluídas nesta reflexão, pois todas estão há muito inseridas não apenas na vida cotidiana da cidade, mas também na memória e no imaginário de seus cidadãos. Permanecendo ao longo do tempo, estas edificações permitem a visibilidade de um amplo repertório de formas pois guardam as marcas, as inscrições da passagem do tempo em seu desgaste material.

Com relação à Rua 13 de Maio, acredito que quatro de suas edificações podem servir como modelos exemplares de âncoras temporais: a Catedral de Campinas, a Estação Ferroviária, o Teatro Municipal e o casarão Roque de Marco. Este último, situado em frente à Estação Ferroviária, é um exemplo tocante da atual situação de muitas mansões que, pela própria magnitude, padecem da dificuldade de uma re-inserção na vida cotidiana da cidade e, sobretudo, da falta de possibilidades quanto aos altos investimentos necessários para uma reestruturação adequada.

Quatro edificações cujas respectivas histórias se entrelaçam, marcando a história da própria cidade. Cada uma delas com funções originalmente específicas e distintas, funções que no transcurso do século XX sofreram modificações, foram eliminadas ou mesmo continuam sendo exercidas no cenário do centro de Campinas. Estes exemplos que apresento a seguir revelam-se muito importantes porque permitem a percepção acurada dos processos de continuidades, rupturas e sobreposições envolvidos no âmbito das transformações urbanas de Campinas, tendo sido possível aproximá-los e torná-los compreensíveis em função de que o material fotográfico disponível nos acervos concede-lhes expressiva visibilidade.

1.1 – Igreja Matriz Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas:

A história da Catedral de Campinas, de fato, mescla-se à história da formação da cidade. Setenta anos foram necessários à conclusão do templo, durante os quais muitos percalços atrasaram, ou mesmo estacionaram as obras. Lançada a pedra fundamental em 1807, posto que a Matriz Velha no quadrado original da cidade não mais adequava-se à prosperidade que o ciclo da cana-de-açúcar trazia à cidade, pode-se considerar que

houve um esforço fenomenal para erigir o templo. Provenientes da comunidade, os altos investimentos necessários geraram grandes polêmicas, já que inclusive um imposto municipal fora criado objetivando angariar fundos para a construção: seguidores de outros credos revoltaram-se com a determinação, e este foi apenas um dos motivos dentre os muitos que atrasaram as obras.

O trabalho, contudo, foi realizado por mãos escravas, as quais construíram todo o templo em taipa de pilão⁴. Algumas informações secundárias afirmam que a Catedral é provavelmente a maior edificação construída em taipa de pilão ainda existente. Segundo o arquiteto Ricardo Leite⁵, algumas paredes chegam a dois metros e meio de espessura. Tombada pelo CONDEPACC⁶ desde 1988, a Catedral é uma obra de arte tocante, tanto pela sua beleza quanto pela história singular da sua construção.



Figura 1: Catedral

Conforme salienta o historiador medievalista Jacques Le Goff, todo templo religioso está sempre imbuído da função de agregar os membros de uma comunidade. Ao contrapor os templos de culto da antiguidade às igrejas da cristandade medieval, este autor coloca que “(...) *Quando há encontros e discussões, isso se dá com mais freqüência nas igrejas, sobretudo na sua parte anterior, que geralmente é mais desenvolvida e à qual se dá um nome antigo, o átrio. (...) com a igreja, um elemento fundamentalmente novo sobreveio. Os sinos aparecem e se instalam no século VII no Ocidente. Eles serão o ponto de referência da cidade (...)*”⁷.

De fato, pelas imagens de acervo, a Catedral parece ter desempenhado, ao longo do tempo, o papel de um chamariz, de ponto de encontro em uma Campinas anterior, de dimensões bastante reduzidas. Transpassando o século XX, a interface da Catedral com a Rua 13 de Maio, espaço conhecido como ‘coração da cidade’, atribuiu à igreja a afluência do imenso contingente populacional de Campinas. Atualmente, a Igreja Matriz

⁴ Segundo Carlos Lemos, a taipa de pilão simbolizou a civilização paulista, pois foi a técnica largamente empregada nas primeiras edificações da província, e ainda durante muito tempo, até o final do século XIX. LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. Editora Nobel, 2ª edição, São Paulo, 1989, p. 21-28.

⁵ Ricardo Leite é o arquiteto responsável pelo amplo projeto das atuais obras de restauro da Catedral Metropolitana de Campinas, a quem agradeço pelo precioso depoimento e pela oportunidade de visitar a totalidade da edificação.

⁶ Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

⁷ LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 9.

está inserida no ‘Projeto de Reurbanização da Rua 13 de Maio e Entornos’⁸, no qual desempenha um papel fundamental, pela própria afluência congrega: cerca de três mil pessoas transitam pelo interior do templo todos os dias, seja para rezar, descansar ou mesmo suprir algumas necessidades como alimentar bebês ou utilizar os sanitários.

Pode-se considerar que a característica preponderante da Catedral, quando comparada ao prédio da Estação Ferroviária ou à figura emblemática do Teatro Municipal, é que ela segue desempenhando a sua função original, não apenas a função religiosa, mas sobretudo a função de agregar a população. Na perspectiva das âncoras temporais, a igreja é um exemplo de continuidade, de seguimento das atividades que lhe são pertinentes. Atualmente, busca cada vez mais entrar em contato com a parcela significativa da população que transita ao seu redor, acolhendo-a em meio a um universo turbulento e por vezes um tanto árido.

1.2 - Estação Ferroviária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro:

Na outra extremidade do trajeto da Rua 13 de Maio, no entroncamento do Largo Mal. Floriano Peixoto, localiza-se a ‘Estação da Paulista’, como era conhecida, posteriormente também chamada de Estação da FEPASA. Na verdade, este prédio é apenas a porta de entrada principal de um imenso complexo ferroviário instalado a partir da década de 1870 na região que era então o limite do perímetro urbano de Campinas. Hoje, esta extensa área que abriga toda uma estrutura constituída por escritórios, oficinas de carros e vagões, oficina de locomotivas, rotunda, marcenaria, carpintaria, caixa d’água, a casa do imigrante, prédios construídos dentro do pátio interno da companhia ferroviária, somados a outros escritórios e armazéns construídos nas ruas imediatamente próximas, ocupam uma área substancial da região central da cidade.

A compreensão do complexo que envolve o prédio da Estação é de suma importância para que se possa vislumbrar a dinâmica cotidiana deste espaço a partir do volume de negócios que era outrora fora realizado no seu âmbito: toda a fenomenal riqueza da Campinas produtora de café circulava ali, nos escritórios, nos vagões, na figura dos produtores e comerciantes, claro, mas também dos trabalhadores da lavoura, dos

⁸ O Projeto de Reurbanização da Rua 13 de Maio e Entornos centra-se na tônica da ‘qualificação urbana’ do espaço, visando implementar melhorias infra-estruturais além de tornar mais agradável a feição estética da rua. Diário Oficial do Município de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, 09/08/2003, p. 20.

operários, dos próprios ferroviários, das respectivas famílias, além dos profissionais liberais, assalariados e toda uma grande leva de indivíduos que vinham para suprir a demanda de trabalho que havia nesta cidade em crescimento exponencial.

O magnífico prédio da Estação da Paulista serviu à ampla circulação de indivíduos que, ao longo dos anos, chegavam ou partiam utilizando-se também de outros modos de transporte urbano: os veículos de tração animal, as carruagens, os automóveis, os ônibus. O relógio da torre, por sua vez, cuja visibilidade



Figura 2: Estação da Cia. Paulista

fora planejada para atingir toda a cidade, consiste em um elemento fortemente simbólico, pois auxiliava a instaurar a nova ordem da vida urbana moderna, a normatizá-la para a comunidade. O filósofo Norbert Elias, questionando-se acerca de quais objetivos guiam a necessidade dos homens em determinar o tempo, e discorrendo sobre as ‘modalidades de mensuração’ desenvolvidas, coloca acerca deste elemento: *“Por intermédio do relógio, é uma espécie de mensagem que um grupo humano dirige a cada um de seus membros individuais. O mecanismo do relógio é organizado para que ele transmita mensagens e, com isso, permita regular os comportamentos do grupo (...) Ao olhar o relógio, sei que são tantas ou quantas horas, não apenas para mim, mas para o conjunto da sociedade a que pertencço.”*⁹ A Campinas moderna exigia a rapidez, a precisão e a eficiência dos trens, corroboradas e estendidas a este outro aliado: o relógio.

A partir da metade do século XX, o transporte rodoviário expande-se com rapidez e, paulatinamente, nas décadas posteriores, os trens deixarão de realizar o maciço serviço de transporte de cargas e passageiros. Na década de 1970, as estradas ferroviárias do estado foram incorporadas a FEPASA, a qual manteve o transporte de passageiros até o ano 2000. O desmantelamento ferroviário, constatado em todo o país, associado ao alto valor imobiliário atribuído à região do Complexo Ferroviário da Paulista colocaram em risco as edificações, a malha ferroviária e toda a infra-estrutura construída entre o final do século XIX e início do século XX. Felizmente, um forte movimento conseguiu

⁹ ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998, p. 13-17.

impedir a derrubada dos prédios e a destruição de um dos maiores símbolos da história campineira e paulista. Em 1990, grande parte do complexo foi tombada, assim como entrou sob proteção do CONDEPACC uma substancial área ao redor da FEPASA, as denominadas áreas envoltórias do Complexo Ferroviário.

Mesmo assim, a desativação dos trens fez com que a Estação perdesse a sua função primeira: o transporte. O processo de tombamento protege o patrimônio, mas não evita que ele se degrade com o tempo nem garante a sua re-inserção na vida cotidiana da cidade. Atualmente, desenvolve-se um processo de transformar o local em um centro cultural, chamado Estação Cultura. A realização de shows frequentes, assim como o encaminhamento de oficinas culturais para a comunidade objetivam reestruturar o complexo a partir de funções de outra natureza. Enfim, uma radical descontinuidade seguida de novas tentativas funcionais caracterizam a emblemática Estação Ferroviária de Campinas.

A desativação da ferrovia certamente alterou sobremaneira o cotidiano do Largo Mal. Floriano Peixoto, em frente à estação. Na situação atual, o prédio não mais atrai o intenso fluxo de pessoas que por ali passavam cotidianamente. Durante a pesquisa, tive a oportunidade de conversar algumas vezes com o dono de uma barbearia situada no prédio da estação, Sr. Luiz da Conceição. Em seus depoimentos saudosos, ele conta sobre a época em que a sua barbearia era maior, quando tinha sempre três ou quatro auxiliares para suprir a demanda do movimento do local. Atualmente, ele tem queixas sobre os custos com os quais precisa arcar para manter o estabelecimento. Pela sua narrativa, ele tem a estação como seu ponto comercial há mais de 25 anos, lamentando a transformação da feição daquele espaço da região central: *“Agora não tem nada pra se ver. Só automóvel, um que outro cliente que aparece... E as coitadinhas aí do lado.”* (referindo-se à zona de prostituição). *“Isso aqui era uma maravilha!...uma maravilha...”* é uma frase recorrente de Seu Luiz que, entretanto, disse no início da conversa: *“Isso é assim mesmo, as coisas mudam.”*¹⁰

¹⁰ Trecho de conversa informal com o Sr. Luis da Conceição, transcrita em diário de campo.

1.3 – O casarão Roque de Marco:

À diferença dos três outros prédios em estudo, o casarão Roque de Marco é o único neste grupo de ‘âncoras temporais’ que não foi construído para o uso coletivo. Constitui-se em uma propriedade particular construída no século XIX pelo italiano Roque de Marco, um comerciante ligado à exportação do café¹¹.



Figura 3: Casa de Câmbio Roque de Marco

O imenso casarão de dois pavimentos partilha com a Estação o mesmo largo triangular, na esquina com a Rua 13 de Maio e em uma das extremidades do seu trajeto. Como a grande maioria das residências de comerciantes do século XIX, partilhava duas funções: desenvolver os negócios no térreo, abrigando a família no andar superior. A fachada, muito adornada, possui dez porta-janelas em cada pavimento, algumas emolduradas por balcões.

O italiano Roque de Marco estabeleceu-se naquele ponto e, a partir de então, as gerações posteriores continuaram a ocupar o andar superior. Sua filha Francisca, mesmo após casada, seguiu morando no local com o marido, Mario Gatti, e os filhos. Neta de Francisca, a senhora Maria Gatti concordou em fornecer-me um depoimento, contando sobre algumas de suas lembranças quando, na infância, freqüentava o casarão para visitar a avó: “(...) *Vovó conservava como um brinco. O assoalho, para você ter uma idéia, era todo de madeira larga, era um espelho... Ela conservava aquela limpeza, aquele cuidado, um brinco... Hoje ainda existem aquelas pinturas a óleo, aquelas barragens...Tinha aquela outra sala, última sala, tem aquele corredor comprido, ali era uma sala de estar, tinha um piano. Me lembro que sempre depois do jantar, todos os domingos, minha avó reunia a família, filhos e netos, sentavam todos ali, tinha uma prima que tocava piano... era muito bonito... era uma outra casa...*”¹²

D. Maria rememora o movimento intenso do largo da Estação, contando que à circulação proveniente do trânsito ferroviário somava-se uma outra, derivada dos passageiros de

¹¹ Informação obtida através de entrevista com a Sra. Maria Gatti, bisneta do Sr. Roque de Marco.

¹² Idem.

duas empresas de transporte viário inter-municipal, a Viação Expresso Cometa e a Viação Expresso Brasileiro: “(...) Na minha época de menina, eu devia ter uns 6, 7 ou 8 anos, eu e meus primos ficávamos ali na janela, à noite, olhando o movimento da rua... Naquela época, você estando de frente para o casarão, do lado esquerdo tinha a Viação Cometa e do lado direito tinha a Expresso Brasileiro, que eram companhia de ônibus... E também, era muito curioso, porque havia ainda aqueles transportes de carroça, tinha os cavalos, então os cocheiros paravam todas as carroças enfileiradas, uma ao lado da outra, em frente à Fepasa, porque ali eles usavam aquele transporte também para carregar entulho, ou então fazer mudança. Aquilo me chamava muito a atenção, porque eu gostava de ficar ali na janela olhando o movimento... Ali chegava pessoal de todo o lado, tanto pelas duas agências de ônibus, quanto pela parte férrea.”¹³

Reside ainda no local a senhora Sebastiana de Jesus, a qual trabalha para a família há mais de 40 anos. Sozinha, ela permanece habitando a parte superior da antiga moradia por sua livre escolha. As condições internas do prédio são bastante precárias, mas ainda guardam as marcas da áurea época do café nas pinturas parietais, representações românticas que decoram as altíssimas paredes, na amplitude de seus salões e cômodos, na escadaria, bem como no elemento que devia ser uma novidade: o elevador. Segundo D. Sebastiana, o casarão Roque de Marco instalou um dos dois primeiros exemplares que chegaram a Campinas¹⁴.

Encaminhando-me à saída, na calçada em frente ao prédio, D. Sebastiana relata as mudanças no movimento do largo. Referindo-se ao ponto de táxi que fica em frente, ela comenta que atualmente “(...) eles quase não tem serviço. Ficam aí o dia todo. Antes tinha o movimento da Estação, mas agora não...”¹⁵

Atualmente, por sua proximidade com a Fepasa, o casarão Roque de Marco está incluído no processo de tombamento do Complexo Ferroviário que privilegia também as áreas envoltórias. Existem quatro categorias de preservação: a) preservação total do bem; b) preservação da fachada e da volumetria; c) preservação parcial da fachada e total da volumetria; d) preservação somente da volumetria. O casarão inclui-se na primeira

¹³ Idem.

¹⁴ Entrevista com a Sra. Sebastiana de Jesus, única atual moradora do casarão Roque de Marco.

¹⁵ Idem.

categoria, o que significa que nenhuma intervenção pode ser feita no prédio sem o aval do CONDEPACC.

1.4 – O Teatro: uma outra história

Pode parecer estranho que, enquanto os três primeiros elementos permanecem fisicamente na rua, o teatro, já desaparecido, figure também enquanto uma possibilidade de permanência, característica que procuro reconhecer neste conjunto de edificações. E, de fato, o teatro teve outra história.



Figura 4: Teatro Municipal

O Teatro São Carlos, construído em 1850 quando a produção do café começava a emergir no cenário econômico campineiro, atravessou a segunda metade do século XIX e o início do século XX, passando pelo período que compreendeu o primeiro forte salto de desenvolvimento que ocorreu em Campinas. Mas, em 1922, o Teatro São Carlos parecia pequeno e não adequado ao porte da cidade em constantes saltos de expansão, sendo demolido para ceder lugar a outro teatro, muito maior, com capacidade de 1.300 lugares.

Não foi o tamanho, entretanto, que impressionou aqueles que conheceram o novo Teatro Municipal, inaugurado em 1930. Era um prédio majestoso, ao qual não faltam descrições repletas de admiração. As escadarias, os corredores, o lustre do saguão, as paredes adornadas e, pelas narrativas, recobertas com pó de ouro¹⁶, são apenas algumas das características mais recorrentes nas lembranças daqueles que o conheceram.

Em 1965, o Teatro Municipal que em 1959 passou a chamar-se Teatro Municipal Carlos Gomes, também foi demolido e, segundo algumas narrativas, de forma bastante repentina. Parte significativa da população não se sentiu satisfeita com as explicações dadas pela Prefeitura, especialmente pelo então prefeito Ruy Novaes, para a drástica

¹⁶ FARDIN, Sônia Aparecida (Org.). “Dois teatros, duas demolições”, in *Fragments de uma demolição – História Oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*, Campinas, SMCT – MIS, 2000, p. 109.

decisão de demolir o teatro. Diferentes versões para o fato são dadas em uma série de vinte e dois depoimentos que compõem o livro *Fragmentos de uma demolição: História Oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*¹⁷. Na obra, indivíduos que participaram da construção do teatro, administradores, atores e cantores, trabalhadores da casa, assim como os técnicos que elaboraram os laudos que designaram as falhas estruturais que condenaram o prédio, contam as variadas histórias e singularidades deste local de espetáculos, colocando as razões de seus posicionamentos, contra ou a favor da demolição do teatro.

Contudo, um dos mais enfáticos depoimentos acerca deste ato demolitório foi dado por Aristides Pedro da Silva, mais conhecido pelo apelido de V8, que fotografou intensamente o processo. Fotógrafo, mas também grande colecionador de fotografias, V8 conta que tirou mais de 180 ‘chapas’ da demolição¹⁸. Questionado sobre o motivo que o levou a fotografá-la, V8 diz que “(...) aquilo lá doeu no coração, você tinha que fotografar. (...) Quem conheceu o Teatro, aquilo lá você chorava!”¹⁹

Muitos estudiosos têm insistido em uma função recorrente da memória coletiva: a de selecionar aspectos do tempo vivido, recuperando-os e repassando-os às gerações posteriores. Em *Tradição e Esquecimento*²⁰, Paul Zumthor analisa a flexibilidade que o esquecimento introduz à conformação das tradições de uma coletividade. Um esquecimento que não deve ser encarado, necessariamente, como um aspecto negativo, posto que ele não anula, apenas molda, rejeitando alguns aspectos, mas sempre em vista de outros. O esquecimento, para este autor, advém de uma vontade, de um desejo latente, mesmo que não de caráter imediatamente consciente:

“(...) Nossas culturas só se lembram esquecendo, mantêm-se rejeitando uma parte do que elas acumularam de experiência, no dia-a-dia. A seleção drena, assim, duplamente, o que ela criva. Ela desconecta, corta o contato imediato que temos com nossa história no momento que a vivemos. Ela nos afasta daí um pouco, permitindo que se crie uma perspectiva (mesmo míope) ao tempo em que se instaura uma espécie de repouso paradoxal. (...)”²¹

¹⁷ Op. cit.

¹⁸ O acervo de Aristides Pedro da Silva, que contém as imagens da demolição do teatro, está atualmente preservado na área de Documentação Iconográfica do Centro de Memória da Unicamp.

¹⁹ Op. cit., p. 114.

²⁰ ZUMTHOR, P. *Tradição e Esquecimento*. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

²¹ Op. cit., p. 15.

A memória coletiva, essencialmente fragmentária, arbitrária, realiza a operação de selecionar, mas não em um processo imediato, negativamente utilitarista. Segundo Zumthor, há com certeza uma tendência em manter ‘aquilo que tem chances de permanecer funcional’: “(...) *a comunidade adere memorialmente a formas de pensamento, de sensibilidade, de ação e de discurso graças às quais ela ‘funciona’, não somente porque ela os tem à sua disposição, mas por causa dos valores de que são carregadas(...)*”²².

A curiosa sucessão de dois teatros em um mesmo espaço certamente fortificou a figura daquele local de lazer e sociabilidade na memória campineira. É muito provável que os posteriores tombamentos da Catedral, do Complexo Ferroviário e a preservação das áreas envoltórias a este consistam em expressões significativas do caráter ‘funcional’ do teatro na memória da cidade, fazendo-o prevalecer neste movimento contínuo e seletivo que retém, que garante a permanência de um elemento para as próximas gerações: um fragmento, operando continuamente, valorativamente, no devir coletivo.

Conclusão

A pesquisa fotográfica em coleções de acervos tem a propriedade de evidenciar pontualmente as transformações que se impõem nas cidades, sejam elas de pequeno ou grande impacto. Através da observação destes conjuntos fotográficos podem ser percebidas determinadas recorrências nas formas do viver coletivo em períodos de tempo localizados, as quais têm expressividade nas edificações que compõem o espaço urbano: templos religiosos, locais de lazer, formas de circulação e transporte, assim como o conjunto das habitações são alguns dos elementos que conferem lhos significados particulares que, entretanto, sucumbem às transformações sofridas por cidades em acelerados processos de expansão.

Em Campinas, ao longo do século XX a expansão da cidade revela-se amplamente registrada pela fotografia. O imenso potencial econômico gerado pela economia cafeeira na segunda metade do século XIX favoreceu a implementação de uma série de elementos que simbolizaram o fenômeno moderno na cidade, entre os quais podem ser destacadas algumas edificações que foram intensamente fotografadas: a atual Catedral, a

²² Op. cit., p. 15.

Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e o Teatro Municipal são emblemas da modernidade campineira que circularam em fotografias que tiveram o objetivo de divulgar os ideais do progresso e do desenvolvimento alocados às suas construções. Da mesma maneira, muitos prédios particulares também foram temas nas fotografias dos acervos públicos, tornando visíveis a emergência dos padrões estéticos da então burguesia emergente inscritos na cidade. Estas edificações têm a singularidade de marcar temporalmente um espaço urbano, retendo nos significados por vezes cambiantes de suas funções as constantes transformações da cidade.

A Igreja, a Estação, o Teatro e um prédio particular exemplificam as permanências físicas e memoriais que persistem à passagem do tempo e às transformações urbanas, aqui chamadas de ‘âncoras temporais’. À fotografia coube salientar a recorrência dos seus registros e as dinâmicas cotidianas específicas que, ao longo do século XX, envolveram estas edificações.

Tabela de Figuras:

Figura 1: Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição de Campinas, sem data. Arquivo da paróquia.

Figura 2: Estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, década de 1920, cartão postal. Acervo MIS / Campinas.

Figura 3: Casa de Câmbio Roque de Marco, entre 1890 e 1910. Acervo Centro de Memória / Unicamp.

Figura 4: Teatro Municipal Carlos Gomes, em torno de 1950. Acervo Centro de Memória / Unicamp.

Bibliografia

ANUNZIATA, Antônio Henrique F. “*Campinas: Entroncamento Ferroviário*”. Revista Eletrônica Sarão – Memória e Vida Cultural de Campinas, vol. 1, n. 5, Centro de Memória / UNICAMP, Campinas, 2003.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998.

FARDIN, Sônia Aparecida (org.). *Fragments de uma demolição: História Oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*. SMTC / MIS, Campinas, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. 2ª reimpressão, Editora UNESP, São Paulo, 1998.

LEMOS, Carlos C. *Alvenaria burguesa: breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2ª edição, Editora Nobel, São Paulo, 1989.

ZUMTHOR, Paul. *Tradição e Esquecimento*. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.